

## COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

### Ata da 3ª Reunião Extraordinária

**Data:** 25 de setembro de 2002

**Local:** Sala de Reunião da Delegacia do Trabalho em Minas Gerais - Belo Horizonte

**Presentes:** Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM - DRT-MG), Alexandre Trajano Arruda (DNPM/MME), Luiz Carlos Emanuel Osório (DRT-SC), Vitor Nunes Feitosa (CNT/IBRAM), Hermano Gomes Machado (CNIF/IBRAM) Fernando Vilar Lignani (CNI), José Carlos do Vale (CNTSM/CUT), Cláudio Scliar (Força Sindical) e como observador Edgard Duarte Filho.

**Ausências Justificadas:** Almir Augusto Chaves, Marta de Freitas e Terezinha Fátima Nunes Feitosa.

Dando início à reunião o Coordenador da CPNM fez a leitura da ata da 7ª. Reunião Ordinária da CPNM ocorrida em Brasília no dia 27 de maio de 2002, que foi aprovada e assinada. O Coordenador propôs a discussão do SEST da Mineração (Grupo C1 NR-5), motivo da reunião tendo em vista que o GTT/NR-4 deliberou que aqueles grupos de ramos de atividade que têm Comissão Permanente Nacional devem discutir o formato do SEST Próprio do setor visto que já tem experiência e tradição de negociação. Antes que se discutisse o tema da pauta foi proposta a discussão das modificações na NR-22 aprovadas na 7ª Reunião Ordinária, visto que a bancada dos empregadores não estava completa naquela reunião. Aprovada por todos e após as discussões ficou acertada pro consenso as seguintes modificações;

a) Introduzir o subitem 22.3.2.1 no item 22.3.2, com a seguinte redação:

"22.3.2.1 - em caso de mudança do responsável indicado, a contratada deverá indicar, por escrito, à contratante o nome do novo responsável pelo cumprimento da presente Norma."

b) Nova redação para o item 22.11.23 na seguinte forma:

"22.11.23 Os recipientes e vasos sob pressão contendo gases comprimidos devem ser armazenados em depósitos bem ventilados e estar protegidos contra quedas, calor e impactos acidentais bem como estar de acordo com a NR-13 e as normas NBR 12.791 - Cilindro de Aço, sem costura, para Armazenamento e Transporte de Gases a Alta Pressão, NBR 12.790 - Cilindro de Aço Especificado, sem costura, para Armazenagem e Transporte de Gases a Alta Pressão, e NBR 11.725 - Conexões e Roscas para Válvulas de cilindros para Gases Comprimidos, e alterações posteriores, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e recomendações do fabricante."

c) Substituir a expressão "dez quilogramas por centímetro quadrado" por "três quilogramas por centímetro quadrado" do item 22.23.4 que passa a ter a seguinte redação:

"22.23.4 - Nas instalações de desmonte que funcionem compressões de água acima de três quilogramas por centímetros quadrados devem ser observados os seguintes requisitos adicionais:"

d) Substituir a palavra "supervisão" pela palavra "orientação" no item 22.37.1 que passa a ter a seguinte redação:

"22.37.1 Ao trabalhador do subsolo será fornecida pelo empregador alimentação compatível com a natureza do trabalho, sob orientação de nutricionista, na forma da legislação vigente. "

e) Colocar por extenso o nome do DNPM:

"22.37.6 A empresa deverá manter organizada e atualizada a estatística de acidentes de trabalho e doenças profissionais, assegurando pleno acesso a essa documentação à CIPAMIN, SESMT, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Delegacia Regional do Trabalho - DRT."

f) Acrescentar a expressão "à DRT e ao DNPM" na alínea "a" do item 22.37.7 que passa a ter a seguinte redação:

"22.37.7 - ...

a) comunicar o acidente, de imediato, à autoridade policial competente à DRT e ao DNPM;"

Ficou decidido também, quanto às normas da ABNT, que na Portaria de alteração da NR-22 deve constar um artigo que defina que as normas da ABNT a serem observadas devem ser aquelas vigentes à época do projeto, construção e instalação das máquinas e equipamentos, ressalvadas as disposições em contrário. Tal redação tem por objetivo preservar as situações que obedeceram as normas da ABNT vigentes e que se modificadas posteriormente obrigariam as empresas a mudar todos as máquinas e equipamentos, ficando claro que se as novas prescrições da ABNT tiverem como finalidade eliminar situações de grave e iminente risco as empresas devem fazer as modificações introduzidas.

Após as discussões passou-se ao exame da pauta sendo que o coordenador da CPNM informou sobre o andamento das discussões do GTT da NR-4. Vitor Feitosa levantou a questão das contratadas que tendo atualmente a necessidade de ter Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho próprio poderiam ser dispensadas de tê-lo desde que fizessem parte de um SEST Coletivo. Sugeriu que um conjunto de empresas contratadas poderia ter um SEST Coletivo com número de profissionais dimensionado em função do total de trabalhadores e interagindo como SEST Próprio da contratante. Cláudio Scliar chamou atenção para o caso das

pequenas minerações formais e informais enfatizando a necessidade de se ter políticas públicas para estas empresas e de se caminhar para o atendimento das pequenas minerações através de associações, inclusive de municípios e informou que já existe uma Rede Latino-americana de Pequenas Minerações. Luiz Carlos lembrou deveriam ser adotados alguns critérios para o SEST Próprio do setor mineral, entre os quais destacou o número de trabalhadores, sua área de abrangência geográfica, relação de trabalho entre as empresas e financiamento, o sistema de contratação dos profissionais, o financiamento e a operacionalização. Vitor Feitosa destacou que a CPNM deve indicar também ao GTT da NR-04 o conceito de SEST Coletivo para o setor, pois entende que a definição do SEST próprio tem como pano de fundo a possibilidade de criação do SEST Coletivo. Cláudio Scliar opinou que o ideal seria o DNPM definir quais empresas de mineração poderiam se consorciar para formar o SEST Coletivo ou Externo. Mário Parreiras informou sobre o número de profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho considerando a NR-04 atual, distribuídos por número de empregados das empresas, concluindo que um número muito pequeno de empresas de mineração tem obrigação de ter profissionais de nível superior (engenheiros de segurança, médicos do trabalho e enfermeiros). Vitor Feitosa mais uma vez enfatizou que o mais importante é o conceito e o dimensionamento de SEST Coletivo e que o encaminhamento da discussão deve levar em conta o conjunto de SEST próprio e SEST Coletivo. Hermano Machado disse que se fosse discutir a apenas o SEST Próprio este deveria ter o seu número de profissionais aumentado em vista das exigências da Norma e da quantidade de trabalhos que os profissionais de segurança e saúde no trabalho têm que desenvolver. Luiz Carlos opinou que, para o setor mineral, o SEST Externo e coletivo têm que ser específicos especializados, levando-se em conta as características do setor. Vitor Feitosa propôs que fosse constituído um grupo de trabalho da CPNM para propor a redação da proposta do SEST Próprio e coletivo. A proposta foi aprovada sendo indicados Mário Parreiras, José Carlos do Vale, Vitor Feitosa e Fernando Lignani para compor o referido grupo que deve apresentar a proposta na próxima reunião da CPNM marcada para o dia 21 de outubro próximo. A seguir foram definidos os princípios que devem nortear a proposta quais sejam: ampliação da cobertura do SEST Próprio para empresas com menos de 50 empregados, melhoria do controle sobre as empresas prestadoras de serviço em segurança e saúde no trabalho. Não tendo mais nada a ser tratado encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata. Belo Horizonte, 26 de setembro de 2002.